

FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA

KAREN BERGER BUSATO

**A LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) COMO
FERRAMENTA DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM
SURDEZ: UM ESTUDO A PARTIR DE UMA ESCOLA
PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL DE VITÓRIA/ES**

VITÓRIA

2018

KAREN BERGER BUSATO

**A LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) COMO
FERRAMENTA DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM
SURDEZ: UM ESTUDO A PARTIR DE UMA ESCOLA
PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL DE VITÓRIA/ES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Vitória – FDV, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito. Orientadora: Prof. Dr. André Filipe Pereira Reid dos Santos

VITÓRIA

2018

KAREN BERGER BUSATO

**A LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) COMO
FERRAMENTA DE INCLUSÃO DAS PESSOAS COM
SURDEZ: UM ESTUDO A PARTIR DE UMA ESCOLA
PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL DE VITÓRIA/ES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Direito da Faculdade de Direito de Vitória – FDV, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Aprovada em _____ de _____ de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. André Filipe Pereira Reid dos Santos
Faculdade de Direito de Vitória
Orientador

Prof.
Faculdade de Direito de Vitória

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
1 ASPECTOS GERAIS E HISTÓRICOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO BRASIL	05
1.1 BRASIL COLÔNIA	05
1.2 BRASIL IMPÉRIO	07
1.3 BRASIL REPÚBLICA ATÉ OS DIAS ATUAIS	08
2 CONTEXTO HISTÓRICO E LEGISLATIVO DA LIBRAS NO BRASIL	10
3 A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO	13
3.1 A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO SISTEMA EDUCACIONAL CAPIXABA	16
3.2 PONDERAÇÕES ACERCA DA PESQUISA REALIZADA	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIA	30

INTRODUÇÃO

É sabido que em um país tão grande como o Brasil, as diversidades são infinitas. Há pessoas com as mais diversas limitações, entre deficiências físicas e cognitivas. Grupos estes que acabam por necessitar de políticas públicas que venham a garantir a acessibilidade e a inclusão na sociedade.

Entre os grupos com limitações, encontra-se a comunidade surda. A maior dificuldade dessas pessoas se dá na comunicação. Apesar de não terem nenhum problema cognitivo ou de locomoção, os surdos enfrentam grandes dificuldades em se comunicar com os demais, tendo em vista a ausência da audição e, em muitos casos, a dificuldade na fala, o que dificulta a acessibilidade.

Dessa forma, surgiu a necessidade de se implementar um meio adequado para que os surdos pudessem se comunicar, pudessem compreender o próximo e serem compreendidos, pudessem ter liberdade de expressão, e, principalmente, pudessem ter acesso à educação.

Nesse cenário ressurgem a necessidade de se falar em inclusão e em acessibilidade, a comunidade surda começa a ser ouvida, a ter voz e representatividade, enquanto que a Libras vem ganhando destaque e sendo mais amplamente difundida como meio de comunicação de meio de inclusão de toda uma classe.

Isto posto, há que se falar também no papel do Estado como garantidor dos direitos sociais. Tanto a Constituição, quanto leis infraconstitucionais determinam que é papel do Estado garantir a acessibilidade aos mais diversos seguimentos da sociedade: saúde, educação, cultura, lazer, esporte, segurança, entre outros.

Além do papel do Estado como garantidor de direitos fundamentais, também é preciso enxergar a questão sob a perspectiva sociológica. Qual o papel da sociedade, da família, da comunidade na inclusão social dos surdos?

O caminho é longo e árduo. Na triste realidade, apesar dos avanços que vem

ocorrendo, ainda se observa que há grande dificuldade de comunicação entre surdo-ouvinte, a falta de profissionais de intérpretes de libras no mercado de trabalho, a falta de conhecimento da população acerca do tema e a deficiência do Estado em prestar um serviço adequado à essas pessoas.

1 ASPECTOS GERAIS E HISTÓRICOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO BRASIL

1.1 BRASIL COLÔNIA

Ao chegarem no Brasil em 1500 os portugueses se depararam com povos que já habitavam aquelas terras. Em um primeiro momento os europeus se surpreenderam com o povo nativo, eis que se mostravam fortes, trabalhadores, exímios caçadores e guerreiros com um excelente porte físico e ótimo trabalho em equipe. E assim eram os índios.

Antes da chegada dos portugueses as mazelas que assolavam a população indígena eram mínimas. Não se tinha histórico de epidemias, doenças crônicas ou graves e nem de índios com qualquer tipo de deficiência. As doenças existentes eram limitadas e facilmente tratadas com produtos retirados artesanalmente da natureza.

Contudo, isso não significa que as pessoas com deficiência ou doenças graves não existiam. Acontece, compreendeu-se mais tarde, que nos povos indígenas, quando se detectava uma deficiência ou uma moléstia gravosa, ainda que logo no nascimento, sacrificava-se o recém-nascido ou abandonava-o à própria sorte na mata. Há ainda relatos de pais que enterravam seus filhos vivos, caso fosse detectada alguma “anomalia”.

Na cultura indígena, na qual o conhecimento científico era escasso e acreditava-se que tudo era “a vontade dos deuses”, havia o entendimento de que uma criança com qualquer deficiência era um “castigo dos deuses”, era visto como uma maldição,

chamados de “monstros” e que a criança era fruto de adultério. Portanto, deveria ser sacrificada para não atrair mau agouro para a comunidade.

Além disso, o sacrifício também era visto como uma forma de aliviar o sofrimento da “vítima”, uma vez que os conhecimentos médicos eram limitados e não haviam tratamentos para as deficiências e para as doenças graves. A ignorância também contribuiu muito nesse aspecto.

Em uma sociedade na qual a força física era extremamente necessária para plantar, colher, caçar, pescar, construir, uma pessoa acamada não conseguiria cumprir com o seu papel na comunidade e, não tendo serventia, deveria ser descartada. Pensamento similar se aplicava aos negros escravos.

Em um Brasil colonial onde os negros eram vistos como meros objetos dos quais era possível se utilizar a força bruta. Um escravo doente ou com qualquer tipo de deficiência ou limitação física era de pronto descartado, uma vez que não possuía utilidade. Os que sobreviviam se tornavam moradores de rua e ficavam vagando a própria sorte, sobrevivendo de esmolas.

Esse cenário começou a ter uma mudança singela com a chegada dos jesuítas no Brasil. Os padres jesuítas, principalmente o padre José de Anchieta, além de fazerem um trabalho de catequese dos índios, também trouxeram o início da medicina ao Brasil, ainda que rudimentar, para a população indígena.

Os padres jesuítas construíram os primeiros hospitais do Brasil e, mesmo funcionando de forma precária, acolhiam os enfermos e os deficientes dando-lhes assessoria médica, na medida do possível.

Foram os padres jesuítas também que fundaram as “casas de muchachos” que se tratava de abrigos para acolhimento das crianças órfãs. Vários eram os motivos para o abandono, inclusive o fato de a criança ser portadora de alguma deficiência. O desconhecimento de como lidar com uma criança deficiente levava os pais a abandonar seus filhos. (ABREU, 2010, p. 45)

Esses abrigos acolhiam as crianças e davam-lhes educação católica até a adolescência. Depois tinham que deixar a casa, sem qualquer assistência ou suporte. Dessa forma, muitos viviam nas ruas, à margem da sociedade, sendo desprezados e ignorados.

Dessa forma, é possível concluir que os jesuítas, na época do Brasil colonial, tiveram participação fundamental para o início da inclusão, ainda que de forma bem precária, em uma sociedade em que o sacrifício humano das pessoas deficientes era habitual. Foram os primeiros passos para a mudança.

1.2 BRASIL IMPÉRIO

Com a vinda da família real portuguesa em 1808, o Brasil passou por profundas transformações, inclusive na área da medicina, sendo criadas as primeiras escolas de medicina no país que visava atender os anseios da elite portuguesa.

Após a independência do Brasil, essas transformações se intensificaram e pela primeira vez as pessoas com deficiências receberam atenção, ainda que de uma forma negativa.

A primeira Constituição Política do Império, de 25 de março de 1824, em seu artigo 8º, suspendeu o exercício dos direitos políticos daqueles considerados incapazes física ou moralmente.

A partir desse momento surgiram os hospitais psiquiátricos e institutos especializados para o acolhimento das pessoas com deficiências, principalmente mentais, uma vez que, até final do século XIX a deficiência era vista como uma doença. Não havia qualquer distinção entre doença ou deficiência. Eram todos considerados “loucos” e mandados para hospitais psiquiátricos. Além disso, A pessoa com deficiência era de integral responsabilidade de sua família, sem qualquer intervenção estatal. (ABREU, 2010, p. 47)

Com a independência do Brasil, as fronteiras se abriram, os portugueses perderam o monopólio que existia até então e o país começou a receber influência de toda a Europa. Assim, novos pensamentos médicos e educacionais começaram a chegar no país para alterar aquele cenário.

Dessa forma, por influência da medicina europeia, começou-se a pensar em uma educação especial, distinguindo-se doença de deficiência.

Nesse contexto, em 1854 por meio do Decreto Imperial n. 428, surgiu o primeiro instituto para meninos cegos, que hoje é conhecido como Instituto Benjamin Constant, enquanto que em 1863 foi lançado o primeiro livro em braile.

Já em 1857, por influência de Ernest Huet, um francês que era surdo, o decreto lei n. 839 de 26 de setembro daquele ano fundou o Imperial Instituto dos Surdos Mudos no Rio de Janeiro. Um século depois passou a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), que perdura até hoje.

Ainda assim, mesmo com uma nova política que se insurgia, havia uma segregação entre as pessoas deficientes do resto da sociedade. Mesmo que elas recebessem uma educação especial, esta seria apartada do ensino tradicional e, para as necessidades da época, ocorria de forma muito precária.

1.3 BRASIL REPÚBLICA ATÉ OS DIAS ATUAIS

Desde o início da república no Brasil até os dias atuais, com a avanço da medicina, o desenvolvimento do sistema educacional e as grandes influências europeias no país as políticas sociais e inclusivas para os deficientes foram progredindo de forma mais acentuada.

Durante a década de 1920 foram criadas escolas especializadas para crianças com deficiências mentais, e medidas políticas para melhorar a educação dessas crianças como, por exemplo, a obrigatoriedade de frequentar as escolas até os 14 anos.

Também passou-se a distinguir as deficiências físicas das mentais e os graus de deficiência, com um projeto educacional diferenciado para cada tipo de limitação. (ABREU, 2010, p. 48)

A partir de 1957 os movimentos se intensificaram. Surgiram campanhas nacionais em prol dos surdos e dos cegos, foram fundadas entidades filantrópicas como a APAE e a Pestalozzi, além da criação de leis que tratavam sobre a educação especial, até que o tema se tornasse constitucional em 1970.

Foi uma época de grandes movimentos sociais em prol dos deficientes. O tema teve a atenção dos políticos brasileiros e começou-se a discutir não só a educação especial, mas também a educação inclusiva, nos anos 1990. O tema foi abordado pela primeira vez na Resolução 45/91, da Assembleia Geral das Nações Unidas.

A partir dos anos 2000 a compreensão que deficiência não é sinônimo de doença foi ampliada. Dessa forma, começou-se a olhar para o tema com um caráter mais pedagógico e educacional, em vez de um olhar mais clínico, do ponto de vista médico.

Nesse turbilhão de acontecimentos históricos em prol dos deficientes é necessário destacar a atuação do INES em benefício dos surdos. O Instituto Nacional de Educação de Surdos, desde a sua criação, teve um caráter puramente educacional e seu objetivo era ensinar a língua portuguesa para os surdos, forçando-os a aprender a falar. Era a política oralista. (STROBEL, 2009)

Com o desenvolvimento das políticas para os deficientes e com uma visão mais social e humanitária, o INES teve um papel fundamental para as conquistas sociais e políticas dos surdos, e isso inclui o advento da Língua Brasileira de Sinais – Libras, tema do capítulo seguinte.

2. CONTEXTO HISTÓRICO E LEGISLATIVO DA LIBRAS NO BRASIL

Como já dito anteriormente, a história dos surdos no Brasil começou a mudar em 1857, quando o Francês Eduard Huet, que era surdo, veio ao Brasil, ainda no governo de D. Pedro II. Huet fundou no Rio de Janeiro o Imperial Instituto de Surdos Mudos, uma instituição voltada para a educação de meninos surdos. (Portal Educação).

Nesse contexto, a língua de sinais, ainda que não reconhecida dessa forma, começava a surgir, de forma sutil e discreta, como meio de comunicação entre os surdos.

Em um primeiro momento é necessário que se entenda o que propriamente significa Libras, seu conceito e qual sua origem. Insta salientar que trata-se de uma língua natural, assim como português, francês, inglês, espanhol, que possui estruturas e regras e é utilizada como meio de comunicação por uma comunidade. Assim como qualquer língua falada, libras também possui suas peculiaridades e pode ser aprendida por meio do estudo teórico e da prática.

Um segundo ponto importante é que não se trata de uma língua universal. Libras é a língua brasileira, utilizada em território brasileiro. Em cada país as comunidades surdas possuem suas próprias línguas, com suas próprias regras e peculiaridades, muitas vezes sendo completamente distintas umas das outras.

Nota-se ainda que, apesar de a língua de sinais ser brasileira, assim como o português, também existem os “sotaques” regionais. Dessa forma, há formas diferentes de sinalizar uma mesma palavra no sul, sudeste, centro-oeste, nordeste e assim por diante. As variações e singularidades ocorrem de forma bem semelhantes como nas línguas faladas.

O terceiro ponto a se destacar é que trata-se de uma língua autônoma, ela não decorre necessariamente da língua português. A libras possui sua própria origem, influências e concepções.

Em 1960 o americano Willian Stokoe comprovou que a língua de sinais é tão complexa e variada como qualquer outra língua falada, fazendo com que ela tivesse reconhecimento linguístico. (SOUSA, 2012)

Apesar dos avanços, em 1880, em Milão, um congresso proibiu o uso da língua de sinais e obrigou os surdos a se comunicarem de forma oralizada, por meio de leitura labial. Tal decisão teve repercussão mundial.

Acreditava-se que o método oralista era a melhor forma de garantir o desenvolvimento do indivíduo surdo, uma vez que a língua gestual era vista como precária e limitada. Além disso, era uma forma de tentar criar uma hegemonia dentro da sociedade, de forma que todos deveriam se comunicar por meio de uma única língua. (EIJ)

Os surdos eram marginalizados da sociedade, discriminados, vistos como pessoas “anormais” e “estranhas”. O método oralista vinha para aproximar o surdo do resto da sociedade, fazendo com que eles fossem mais “normais” e se submetessem às regras da comunidade ouvinte.

Apenas em 1896, A.J. de Moura e Silva, professor de surdos no INES, após uma viagem à França na qual se aprofundou sobre a educação para surdos, chegou à conclusão de que o método oralista imposto pelo Congresso de Milão não era eficiente para todos os surdos. (Portal Educação)

Contudo, mesmo dentro do INES o paradigma oralista predominou por muito tempo. Àquela época, os surdos deveriam se comunicar por meio da leitura labial e exclusivamente da língua brasileira, sendo forçados a aprenderem a falar. A utilização da língua dos sinais era vista como um insucesso do sistema educacional. O paradigma oralista criado em Milão foi utilizado no Brasil até 1980, sem muita resistência.

Em 1983, a FENEIDA, criada em 1977, se transformou na FENEIS - Federação

Nacional de Educação e Integração dos Surdos, que é uma instituição filantrópica, reconhecida como a principal e maior organização do movimento social surdo, que “tem como objetivo a defesa de políticas linguísticas, educação, cultura, saúde e assistência social para a Comunidade Surda, assim como seus direitos, garantindo assim maior inclusão da Comunidade Surda na sociedade.” (LIBRAS, 2018).

Com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 criou-se um conceito de proteção à igualdade, aos direitos sociais, ao acesso à saúde, educação, segurança, entre outros seguimentos que visam o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade.

A partir desse momento, os questionamentos sobre os métodos orais da educação para os surdos se tornaram mais intensos e expansivos, enquanto que a língua dos sinais foi se difundindo pelo país, adquirindo adeptos tantos surdos quanto ouvintes, e sendo utilizada principalmente nas escolas como mecanismo de educação para os surdos.

Karin Strobel (2009), em seu trabalho acadêmico, destaca três grandes momentos na evolução da história. Em um primeiro momento ocorreu a fase da “Revolução Cultural”, na qual os surdos dominavam a língua escrita e não havia qualquer dificuldade no processo educacional. Nessa fase também que iniciava-se o uso e o aprendizado da libras. Após o congresso de Milão de 1880 que proibiu o uso da língua de sinais ocorreu a fase do “Isolamento Cultural”, na qual houve a resistência ao modelo oratório que era imposto na educação dos surdos. Já nos anos 60 houve o “Despertar Cultural” na qual ocorreu a aceitação e a inclusão da língua de sinais não só no sistema educacional como em toda a sociedade.

Dessa forma, houve uma grande revolução dentro do próprio INES. Tanto professores quanto alunos iniciaram suas reivindicações pela utilização da Libras como meio adequado de comunicação e aprendizado, rompendo com o sistema oralista. Assim, a proposta bilingue foi anunciada em 1996 com o Projeto de Lei n. 131, o qual foi sancionado quase dez anos depois, dando origem à Lei Ordinária Federal n. 10.436 de vinte e quatro de abril de 2002, que reconhece a Língua

Brasileira de Sinais como “meio de comunicação objetiva e de utilização das comunidades surdas no Brasil.” (PEREIRA).

Após essa conquista, em 2005 a comunidade surda obteve mais uma vitória, sendo promulgado o Decreto Federal n. 5.626 que obriga que seja ministrada a disciplina de libras nos cursos de formação de professores de nível médio e superior.

Além disso, ainda podem ser destacadas outras conquistas, como a regulamentação da profissão de tradutor e intérprete de libras em 2010, a obrigatoriedade de recursos visuais nas propagandas oficiais do governo, a promulgação da Lei 13,146 de 6 de julho de 2015 que trata sobre inclusão e acessibilidade, entre outras vitórias.

Importante salientar ainda que em 2017 Libras e educação para surdos foram abordados pela redação do ENEM, o que acabou dando grande visibilidade ao assunto e chamou a atenção de toda a sociedade para um tema de extrema relevância.

Entretanto, ao longo de tempo, tanto a comunidade surda, quanto a Libras passaram por profundas transformações, entre vitórias e derrotas, que foram fundamentais para a composição da história.

Dito isso, é possível compreender melhor todo o contexto histórico, social e cultural da Comunidade surda e da Língua Brasileira de Sinais, bem como seu papel na sociedade brasileira para, dessa forma, dar início aos estudos mais aprofundados do assunto.

3 A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Após o período de ditadura militar, a Constituição Brasileira de 1988 traz consigo fundamentos democráticos e sociais, visando a inclusão social e a preservação da dignidade da pessoa humana.

Isso fica claro em diversos dispositivos da Carta Magna como, por exemplo, o artigo 5º que trata da igualdade e dos direitos dos cidadãos, abordando o direito à saúde, moradia, emprego, segurança e educação. Há ainda um capítulo inteiro do artigo sexto ao décimo primeiro que trata sobre os direitos sociais, além de diversos outros dispositivos ao longo da Constituição.

Dessa forma, é possível aferir a importância que a educação e a cultura têm na sociedade. Quanto à educação, Silva (2017, p. 316) ainda afirma que o art. 205 da Constituição Brasileira prevê três objetivos básicos da educação: “a) pleno desenvolvimento da pessoa; b) preparo da pessoa para o exercício da cidadania; c) qualificação da pessoa para o mercado de trabalho”.

Tais objetivos só podem ser alcançados por meio de um sistema educacional democrático, com uma organização estrutural que permita o acesso universal e igualitário da educação a todos, respeitando o pluralismo e as diversidades e garantindo um padrão de qualidade nas escolas em conformidade com a Carta Magna. Tendo isso em vista, mostra-se fundamental que todos tenham acesso à uma educação digna.

Nesse contexto, cabe ressaltar a importância que a Libras tem no acesso da comunidade surda ao ensino com o padrão adequado. Como a língua se torna ferramenta garantidora de direitos fundamentais, de inclusão do surdo na sociedade e de acessibilidade à aquilo que acaba por ser de mais fundamental na vida do cidadão: a educação.

Contudo, é fundamental perceber que a inclusão da Libras no sistema educacional brasileiro não deve ser vista tão somente como uma obrigação do Estado. É necessário considerar todo um comportamento social, histórico e cultural e, principalmente, as influências familiares neste aspecto.

Convivendo com a comunidade surda percebe-se, apesar dos avanços, como a dificuldade na comunicação perdura. A Língua Brasileira de Sinais funciona como

instrumento de acessibilidade aos surdos.

Ter uma língua própria que possibilita a comunicação e o acesso à informação dentro das suas limitações, permite ao surdo, além de ter liberdade de expressão, se integrar na sociedade como um cidadão digno, de pleno direito, que pode viver uma vida sem limitações e irrestrita como qualquer ser humano.

Apesar de constitucionalmente previsto, há uma enorme discrepância de tratamento entre as pessoas com deficiências e as pessoas sem qualquer tipo de limitação. Muito se fala em inclusão, mas na prática é um exercício complexo de ser realizado.

O professor Ricardo Tadeu Marques da Fonseca (p. 01) afirma que garantir os direitos sociais previstos na Constituição já é por si só uma tarefa árdua, mas quando se trata de pessoas com deficiências a dificuldade é ainda maior por falta de informação, adequação e acessibilidade, tanto de conhecimento dos direitos quanto de estrutura física dos espaços.

Como instrumento garantidor de direitos fundamentais, a Libras precisa ser estudada, não só sob o aspecto da obrigação Estatal de acessibilidade, mas também como meio de informação e conscientização de toda a população.

Em 2017 Libras e educação para surdos foi tema da redação do ENEM. Como se pode ver dada a repercussão geral, os alunos foram pegos de surpresa e muitos sequer sabiam do que se tratava o assunto. Houve quem escrevesse sobre o signo de libra, outros sobre a moeda libras, entre os mais variados temas sem qualquer relação com a educação para os surdos.

Isso mostra o desconhecimento da população acerca do tema, o que dificulta qualquer política de inclusão, uma vez que é necessário um conjunto Estado-sociedade para que a acessibilidade se dê de forma eficaz.

3.1 A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO SISTEMA EDUCACIONAL CAPIXABA

Para ter uma compreensão prática da realidade, procedi a uma pesquisa de campo para entender como funciona o ensino e a utilização da língua brasileira de sinais no sistema educacional capixaba, com foco na educação básica e como a administração pública se porta nessa situação.

A pesquisa foi realizada na escola EMEF Izaura Marques da Silva, localizada no bairro Andorinhas em Vitória/ES, uma escola da prefeitura de Vitória que atende do primário ao nono ano do ensino fundamental que atualmente atendem três alunos surdos. Lá entrevistei duas professoras, de ciências e de português/libras do turno matutino. A entrevista foi gravada e as respostas foram espontâneas, sem um direcionamento específico ou intervenções. Para preservar a identidade dos entrevistados, os nomes reais não serão citados. A professora de ciências será chamada pelo nome fictício de Beatriz e a professora de português/libras pelo nome fictício de Silvana.

Em um primeiro momento a professora de Português/libras informou que a escola EMEF Izaura Marques da Silva é uma das sete escolas que a prefeitura de Vitória possui como referência em educação especial para surdos. Essas escolas possuem professores bilíngues, intérpretes de libras e professores de libras.

Nas salas de aula fica o professor da matéria e o intérprete de libras. Não existe uma sala especial, os alunos surdos ficam nas salas de aulas juntos com os alunos ouvintes. Isso faz com que as aulas tenham uma dinâmica diferenciada para proporcionar uma aula adequada para os dois tipos de alunos.

A grande maioria dos alunos surdos são filhos de pais ouvintes que não possuem domínio sobre a libras. E por se tratar de uma escola de ensino fundamental, um dos grandes desafios é ensinar o português e libras, simultaneamente para esse aluno, porque, nas palavras da professora, eles não têm “conhecimento de mundo, visão

de mundo” (professora Silvana), o que se torna um complicador no processo de aprendizagem.

Os meios de comunicação foram criados pensando exclusivamente nas pessoas ouvintes. Dessa forma, a visão que o surdo tem de mundo acaba sendo restrita por falta de acesso à informação, o que faz com que o processo de aprendizagem seja completamente diferente daquele desenvolvido para um aluno ouvinte.

A educação é um desafio não só para o aluno surdo, mas também para o professor. Conversando com a professora de ciências, esta informou que quando começou a trabalhar com alunos surdos não sabia libras. Nas palavras dela:

... quando eu entrei aqui [na escola EMEF Izaura Marques da Silva] eu já peguei uma turma de nono ano com cinco surdos. E, assim, eu falei ‘que que isso, que eu vou fazer agora? Foi um negócio tenso, porque eles tinham a amizade deles, então eles meio que faziam hora com a minha cara, porque, né, já tinha todo um entrosamento, e eu passei um sufoco, mas aí quis aprender, né, conhecer o mundinho deles e tal [...] na minha época, que eu fazia graduação, se eu tivesse tido essa disciplina [libras], eu acho que eu já chegaria com outra mentalidade na escola. Ou eu já teria corrido atrás, né, de curso. Então eu só fui ter contato quando comecei a dar aula. (professora Beatriz).

Tendo em vista a necessidade, ela se interessou em aprender libras e a criar conteúdos diferenciados, visuais, que gerassem interesse no aluno surdo em aprender o conteúdo, mas que também fosse interessante para os alunos ouvintes. Mas esse desejo de se qualificar foi por iniciativa própria da professora, não há qualquer incentivo por parte da Prefeitura de Vitória que os professores, de uma forma geral, saibam libras.

Outro desafio relatado pelas professoras é a falta de profissionais na área. A escola tenta dar aula de libras em todas as turmas, mesmo que não tenha alunos surdos. Entretanto, este ano isso não foi possível. Devido a falta de profissionais qualificados, este ano apenas as turmas, que têm alunos surdos, que estão tendo aula de libras.

Percebe-se que há uma iniciativa da escola e de alguns professores em proporcionar uma educação de qualidade para os alunos surdos, mas eles

encontram barreiras como a falta de profissionais qualificados, falta de orçamento e até falta de incentivo por parte da Prefeitura de Vitória. Tudo que é feito de diferenciado para proporcionar um bom aprendizado é feito por iniciativa própria dos professores e do colégio. Ao ser indagada se há um incentivo por parte da prefeitura a professora de ciências respondeu "... se for partir deles, nada. Investimento, nada. Tanto que a gente lutou aqui pra ter uma oficina de libras mesmo fixa, não, não pode [...] a gente faz o que dá pra fazer com o tempo que a gente tem..." (professora Beatriz)

Como as iniciativas partem dos próprios professores, não são todos que se interessam em proporcionar uma didática diferenciada. Muitos preparam as aulas somente para os alunos ouvintes e deixam que os intérpretes se encarreguem, exclusivamente, de transmitir a aula para os alunos surdos. Isso gera um desinteresse do aluno na disciplina, uma vez que não se sentem incluído na aula.

A questão do intérprete também gera uma outra problemática. A função do intérprete é tão somente traduzir o que é passado pelos professores, mas muitas vezes isso não é suficiente. Como os surdos têm uma visão mais limitada de mundo muitas vezes faltam domínio sobre determinados conceitos fundamentais para a compreensão do conteúdo. Se o intérprete não tem domínio do assunto e se limita a traduzir o que é passado pela professora da disciplina isso limita o aprendizado dos alunos surdos. Nas palavras da professora de ciências:

... a figura do intérprete faz toda a diferença. Igual o [citou o nome do interprete de libras do turno matutino], ele é totalmente dedicado, então ele procurava na internet, ele fazia coisinhas no celular, ali, na hora, ele corria atrás, né, quer dizer, se o professor não dava conta ele corria atrás, mas tem intérprete que só interpreta e acabou, então se ele [o aluno] não entender como que vai saber? Então essa relação com o intérprete também é fundamental, não é qualquer um que é comprometido... (professora Beatriz)

Trata-se, pois, de uma relação triangular entre aluno, professor e intérprete no qual a comunicação é fundamental. Se o professor não sabe libras e não se comunica com o aluno e o intérprete, ele não consegue saber se o aluno está tendo alguma dificuldade ou se ele está compreendendo a matéria da forma correta.

Se o intérprete também não demonstra comprometimento e dedicação, muitas vezes ele passa para o aluno, sem o professor ter ciência, a informação de forma superficial, rasa ou reduzida, não transmitindo integralmente o que foi passado pelo professor, o que compromete o aprendizado. A professora de português/libras afirmou:

... outra questão também é a questão da mediação, né. Uma educação mediada ela é uma educação que você tem que pensar também, como é que é essa mediação? Quem é esse sujeito que é o mediador? Que conhecimento que ele tem na hora que ele passa? Né, que ele tem as crenças dele também, né [...] o professor não sabe como esse conhecimento tá chegando pro surdo, então quanto menos interferência tiver nesse processo melhor. [ela estava defendendo que o ideal seria o próprio professor da disciplina saber libras e transmitir o conhecimento diretamente ao aluno, sem necessitar de um intérprete mediador].
(professora Silvana).

Outro empecilho relatado pelas professoras foi a falta de material especial para os alunos surdos. Todo material diferenciado, principalmente vídeos explicativos, é produzido pelos próprios professores. Inclusive, outros professores de outras escolas já pediram para utilizar materiais elaborados pela professora de português/libras, ante a sua clareza e didática.

Um ponto abordado na entrevista foi a individualidade dos alunos surdos e a influência que a família exerce sobre o aprendizado deles. É necessário observar e respeitar as especificidades de cada aluno. Alguns aprendem mais rápido que outros, ou são melhores em alguma matéria específica do que em outras e cabe ao professor ter sensibilidade e perceber as singularidades e dificuldades de cada um. Não basta colocar um intérprete em sala de aula e pensar que será o suficiente. Cada indivíduo é único e possui suas próprias necessidades que precisam ser observadas.

Os alunos surdos, em especial, tendem a demonstrar mais facilidade na área de exatas. Nota-se que o desenvolvimento deles em matemática e ciência é superior do que em ciência, português e geografia, por exemplo. Isso ocorre, na visão das professoras, por essas matérias requererem mais domínio sobre os conceitos, língua portuguesa e possuírem maior carga de leitura, que é a maior dificuldade para eles, enquanto aquelas são mais exatas e objetivas, facilitando o aprendizado.

Uma questão fundamental que foi levantada é a participação da família no processo de aprendizagem. É nítida a diferença de desenvolvimento do aluno quando a família é participativa e colaborativa. O apoio dentro de casa se mostra essencial, principalmente por se tratar de ensino fundamental, para que o surdo evolua o aprendizado na escola de forma completa e adequada. Com relação à uma aluna surda a professora de ciências relatou:

... e o apoio também, dentro de casa, eu sentia diferença, porque quando pedia pra fazer uma atividade, um trabalho, ela vinha, ela não fazia nada, nada, nada, tinha que pedir o apoio aqui a tarde que em casa a mãe não ajudava, a mãe não sabia o que que era, então sempre faz diferença que o surdo tem que ter aquele apoio, né, tem que ajudar em casa, mais que o ouvinte, se não fica mais difícil ainda. (professora Beatriz).

Também foi questionado como é o comportamento dos outros alunos em relação aos alunos surdos. Ambas as professoras relataram que os alunos são bem receptivos, principalmente por se tratar de alunos pequenos. Normalmente as turmas se formam no sexto ano e os alunos permanecem juntos até o nono ano. Quanto mais novos os alunos têm contato com surdos e com a língua brasileira de sinais, mais isso se torna natural para eles. Ao ser perguntada se os alunos se interessam por aprender libras a professora de português/libras respondeu:

...então, depende da idade. Os pequenos se interessam de mais, de mais, tanto que quando a gente, agora, o nosso horário não deu pra tá contemplando todas as turmas em libras, eles estão reclamando, os meninos de sexta série, que tem uma turma que desde pequenininho eles têm libras, então eles desenvolveram muito, muito. [...] A professora também fez diferença, porque ela cobrava, ela fazia parceria com a gente [...] então ela também entrou no projeto com a gente, então fez diferença [...] então eles desenvolveram e tudo aquilo que você desenvolve, começa a ter facilidade, começa a ver que você tá evoluindo, você adora. E esse ano não deu pra contemplar essa turma com libras e ontem eles vieram aqui em protesto... (professora Silvana)

Quando os alunos vão ficando mais velhos, o desinteresse também aumenta, mas isso ocorre em todas as matérias, mais pela questão da idade. Não é um desinteresse exclusivo na disciplina de libras. Por isso o contato com a língua desde cedo é tão fundamental para o aprendizado e o interesse do aluno, para ir se acostumado desde novos.

3.2 PONDERAÇÕES ACERCA DA PESQUISA REALIZADA

Analisando a pesquisa realizada na escola municipal de Vitória, juntamente com outros dados coletados durante a realização deste trabalho é possível chegar a algumas conclusões.

A primeira dela é de que a família exerce um papel fundamental no desenvolvimento da criança surda. Tanto a professora de ciências quanto a professora de português/libras relataram que sentem diferença na evolução do aluno quando a família é participativa ou não.

Por se tratarem, em sua grande maioria, de filhos surdos de pais ouvintes, os pais não possuem conhecimento sobre a surdez, nem domínio sobre a libras. Por esse motivo, a criança pode se sentir isolada e marginalizada dentro da sua própria família. Não há uma interação adequada entre pais e filhos.

Além disso, a comunicação ineficaz gera constrangimentos. Ao não conseguir se expressar adequadamente e ser plenamente compreendida, a criança surda é vista como “teimosa”, “difícil”, “malcriada” e “desobediente”. A educação em si se torna um processo mais penoso. Uma pesquisa da Universidade Tuiuti do Paraná entrevistou 12 pais e todos afirmaram se comunicar oralmente com seus filhos surdos e apenas uma mãe tinha o curso de libras. (SCHEMBERG. GUARINELLO. MASSI, 2012)

Na escola EMEF Izaura Marques da Silva também foi relatado que os alunos chegam sem saber libras, que não usam esse meio de comunicação em casa e que o maior desafio é justamente ensinar libras e português simultaneamente a essa criança.

O meio de comunicação exclusivamente oralista restringe o desenvolvimento do aluno surdo, especialmente na leitura e na escrita, devido à uma limitação de vocabulário e de domínio sobre determinados conceitos. Retomando a fala da professora de português/libras, estes alunos não possuem “visão de mundo”, e isso precisa ser desenvolvido na escola e dentro de casa.

A falta de informação gera receio e preconceito. Não se trata, pois, de uma problemática exclusiva da cidade de Vitória. Uma outra pesquisa feita em Ribeirão Preto - SP mostrou que muitas mães são contra a utilização de libras tanto em casa quanto no ambiente escolar. Elas alegam que o uso de “gestos” retarda o desenvolvimento da criança que precisa, necessariamente, aprender a falar para se encaixar na sociedade. (PETEAN. BORGES, 2002)

Mesmo que haja escolas e profissionais qualificados deve partir da família a iniciativa de permitir que a criança surda desenvolva seus conhecimentos usando a Língua Brasileira de Sinais.

Essa problemática também pôde ser detectada na comunidade indígena Guarani-Kaiowá de Dourados, MS. Na comunidade indígena também foi diagnosticado a grande dificuldade de comunicação entre pais ouvintes e filhos surdos, a existência de barreiras no processo educacional, não só nas escolas, mas dentro de casa, o receio dos pais de que os filhos não se adequem à sociedade e não consigam evoluir com suas vidas no cotidiano como, por exemplo, casar, ter filhos, trabalhar. Inclusive, muitos pais demonstraram ter vergonha perante a tribo indígena por ter um filho surdo. (BRUNO. LIMA, 2015)

Nessa comunidade em especial ficou constatado que o uso de libras é mínimo. A comunicação se dá, majoritariamente, por gestos e sinais/senhas criadas dentro da própria comunidade.

Isso mostra como a família é elementar para o desenvolvimento, tanto pessoal, quando cognitivo, da criança surda. Os pais são os primeiros contatos que a criança tem com o mundo, são a referência, o modelo a ser seguido. Tudo que acontece dentro de casa irá influenciar na formação de caráter e da personalidade, na visão de mundo que a criança irá desenvolver e no processo de aprendizagem.

A segunda conclusão que foi possível depreender é a importância de um profissional qualificado. As professoras da escola EMEF Izaura Marques da Silva de Vitória/ES

relataram que gostariam que todas as turmas tivessem aulas de libras, mas faltam profissionais qualificados para isso. Desde o ano passado uma intérprete saiu da escola e até o dia da entrevista (15/05/2019) ainda não haviam contratado um novo profissional. Se isso ocorre em um colégio que é referência em educação especial para surdos, quem dirá em uma escola de ensino regular.

Essa realidade também foi constatada em outras consultas. Na já citada pesquisa de Ribeirão Preto - SP mães relataram que tiraram seus filhos surdos de determinadas escolas por falta de profissionais adequados e falta de estrutura das escolas. Muitos professores não recebem qualquer tipo de qualificação para lidar com um aluno especial, não se interessam por se aperfeiçoar nesse sentido e desacreditam que um aluno surdo possa se desenvolver como um aluno ouvinte. (PETEAN. BORGES, 2002)

Em aula preparada pensando exclusivamente no aluno ouvinte faz com que o aluno surdo se sinta isolado, excluído, não tenha uma ampla compreensão do conteúdo passado. Isso causa uma grande evasão escolar e rotatividade do aluno pelas escolas, chegando ao ponto de a própria criança pedir para não ir para a aula.

Na fala da professora de ciências da escola municipal de Vitória e possível observar que uma das causas que geram a falta de profissionais qualificados é a falta de informação. Ela informou que até trabalhar na escola EMEF Izaura Marques da Silva não tinha qualquer contato com libras ou com alunos surdos e que o interesse em aprender partiu exclusivamente dela.

Felizmente essa realidade vem mudando, ainda que em passos lentos, a partir de 2005, com o decreto federal n. 5.626:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

Esse decreto abriu portas para a educação especial para os surdos. Ainda que seja

somente uma disciplina ao longo de toda a graduação, já é um passo para que futuros professores tenham o primeiro contato com a Língua Brasileira de Sinais e possam estar qualificados para lidar com alunos surdos.

Além de disponibilizar formação técnica é necessário que haja um incentivo na formação de profissionais. Uma das justificativas da Prefeitura de Vitória para a falta de intérprete na escola municipal de Andorinhas é que não há candidatos suficientes no processo seletivo.

Isso mostra como a desinformação, o desconhecimento e o preconceito ainda existem. É necessário que haja por parte dos entes públicos ampla divulgação da possibilidade de qualificação e incentivos como, por exemplo, a realização de cursos gratuitos para que haja interesse da população de se especializar, e para que tenham acesso à informação sobre o tema, não só de professores, mas também de intérpretes e tradutores, o que também é fundamental.

Outra forma de incentivo é mediante o pagamento de um salário justo e uma estrutura para a realização de um trabalho competente. A professora de português/libras da escola municipal de Vitória informou que todo o material produzido por ela e pelos alunos é feito de forma primitiva, com instrumentos pessoais, sem qualquer apoio por parte da prefeitura. A carência financeira também é um grande desestímulo para o profissional.

Com o apoio adequado, o acesso à informação e a conscientização social é possível que se tenha profissionais adequados, competentes e interessados em fazer um trabalho digno e com qualidade para proporcionar uma boa educação para que as crianças surdas possam se desenvolver completamente, como qualquer outro cidadão.

A terceira conclusão que pôde ser constatada é a importância de se introduzir a Língua Brasileira de Sinais ainda na primeira infância do indivíduo, tanto o surdo quanto o ouvinte.

Uma pesquisa de uma Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina concluiu que a aquisição tardia de libras por parte dos surdos influencia no processo de aprendizagem da língua portuguesa. Quanto mais tarde é esse aprendizado e quanto mais limitado for o conhecimento, mais difícil é a compreensão do português. Mas também há outros fatores a serem considerados.

A análise dos dados mostrou primeiramente que os participantes da pesquisa tiveram um bom rendimento na compreensão da língua brasileira de sinais, mesmo que com atraso na idade de aquisição, no entanto o fator idade de aquisição da língua brasileira de sinais por surdos mostrou-se interferir bastante na compreensão leitora da língua portuguesa como segunda língua. Contudo, há outros fatores a considerar como: o contato com outros surdos que sejam fluentes; o apoio e motivação da família no uso das duas línguas (Libras e Língua Portuguesa) tanto aprendendo a língua de sinais para uma comunicação eficiente como criando o hábito da leitura da língua portuguesa; a presença da língua de sinais durante a trajetória escolar; bem como metodologias de ensino de língua portuguesa que auxiliem os surdos a descobrir suas próprias estratégias de construção de sentido e ainda os fazerem detectar as diferenças de modalidade das línguas produzidas, as particularidades próprias da língua portuguesa quanto as da língua de sinais, e ainda, o que é comum a ambas as línguas. (SILVA, 2015)

Resposta similar foi encontrada na escola municipal de Vitória. As professoras de ciência e português/libras relataram um caso de uma aluna que frequentada a escola desde o primário, sempre aprendendo libras e português simultaneamente, recebia apoio da família e era estimulada em casa. Assim, ela conseguiu se desenvolver normalmente, junto com os alunos ouvintes e concluiu o ensino médio com louvor.

Por outro lado, esse contato com a Língua Brasileira de Sinais ainda na primeira infância também é fundamental para os ouvintes. Quanto mais cedo se introduz uma nova língua, maior será a capacidade de aprendizado e desenvolvimento. Além de que, o convívio com o surdo e o domínio sobre a libras passa a ser uma coisa normal, vista com naturalidade, rompendo com os estímulos e preconceitos sociais.

Essa experiência também pode ser constatada na escola EMEF Izaura Marques da Silva onde alunos de sexto ano, que tinham aulas de libras desde muito novos, reivindicaram a continuidade das aulas que tinham sido interrompidas.

Vale ressaltar, ainda a necessidade de uma efetiva inclusão social. Ainda há muitos que defendem uma “sala especial”, diferenciada, exclusiva para pessoas com deficiências. Esse método não se mostra efetivo, eis que ainda haverá uma segregação entre os alunos ouvintes e surdos.

Para que se tenha uma inclusão efetiva é necessária uma integração completa, como ocorre na escola municipal de Andorinhas. Alunos surdos e ouvintes precisam conviver cotidianamente, rompendo barreiras e paradigmas, para que haja um bom desenvolvimento. Deve-se desenvolver aulas, conteúdos e materiais capazes de atender a ambos os grupos, de uma forma equiparada e equilibrada.

Os estímulos direcionados aos surdos também podem ser estimulantes para os ouvintes, principalmente quando se trata de criança. Ainda que se tenha uma complementação eletiva na educação do surdo, o convívio surdo-ouvinte no ensino regular se mostra fundamental, tanto no processo de aprendizagem, quanto no desenvolvimento social.

A quarta e última conclusão, porém não menos importante, é a importância da ação efetiva da administração pública. Como visto anteriormente, a comunidade surda obteve grandes vitórias históricas e legislativas nas conquistas de seus direitos.

Contudo, além do aspecto legal, é fundamental que haja uma efetiva aplicação da lei. Para isso é necessária uma administração pública ativa, seja por parte da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Nesse sentido o art. 23 da Constituição Federal já prevê que a educação é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Tanto na pesquisa em Vitória quanto as demais citadas ao longo deste trabalho ficou constatado um descaso por parte do poder público. Falta de profissionais qualificados, falta de estrutura nas escolas, de vagas para atender os alunos, de material didático adequado, falta de proporcionar informação adequada.

É necessário que se compreenda que educação é o instrumento essencial para o

desenvolvimento de qualquer indivíduo, principalmente os que necessitam de educação especial. Cabe ao poder público fazer os investimentos necessários, fiscalizar a aplicação da lei, dar o exemplo para toda a sociedade e dar os estímulos necessários para que o setor privado siga os mesmos passos.

Ressalta-se que o presente trabalho teve o foco na educação pública, mas as barreiras se estendem por todos os setores. Seja em bancos, hospitais, delegacias, supermercados, lojas, empresas, tanto no setor públicas quanto privadas. A iniciativa para uma mudança de comportamento e de concepção deve partir, em primeiro lugar, do poder público, tendo em vista a sua obrigação de atuação e de poder garantidor previsto constitucionalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve o intuito de demonstrar o surgimento e a evolução da Língua Brasileira de Sinais na sociedade brasileira. Analisando todo o relato histórico, bem com as pesquisas aqui expostas é possível concluir que houve uma evolução, mas ainda está longe do ideal.

Trata-se de uma exposição das dificuldades que os surdos passaram, de suas batalhas e conquistas, uma pequena demonstração da sua realidade, do que já foi feito e do que ainda precisa ser mudado para uma aplicação efetiva dos seus direitos mais fundamentais.

Muitos surdos se sentem um estrangeiro dentro da sua própria pátria por causa da dificuldade em se comunicar e isso precisa ser revisto. A inclusão social se faz necessária e urgente. Em pleno século 21 já se tornou inaceitável se cogitar em discriminação, qualquer que seja.

De uma forma geral, a sociedade brasileira carece de uma mudança de comportamento e de mentalidade. É preciso romper com todo preconceito, estigmas e dogmas carregados por tanto tempo. E a melhor forma de que isso ocorra é por

meio da educação.

Já é sabido que a educação é essencial para a formação do ser humano, no aspecto cognitivo e sociológico, para adquirir conhecimento técnico, mas também caráter, respeito e empatia. Já não cabe mais falar que a educação se limita à português e matemática, ela vai muito além disso.

A educação social dentro das escolas se mostra fundamental. Ainda é preciso falar sobre inclusão até que se torne algo natural, até que um ser humano enxergue o outro como seu semelhante, completamente despidido de concepções, e compreenda que cada indivíduo é único e ninguém é igual a ninguém.

Estudos mostram que para que isso aconteça é necessário trabalho em equipe. É preciso que toda a coletividade participe desse processo. A sociedade, a família, o poder público e os profissionais da área, com destaque para os professores.

Percebe-se que quanto mais cedo se inicia esse processo, melhor. A formação de “visão de mundo” do indivíduo se dá desde pequeno. Crianças não nascem regadas de discriminação e preconceito. São coisas construídas ao longo dos anos por influências externas, dos pais, dos familiares, da comunidade em que vive. Dessa forma, a melhor maneira de romper com os dogmas é evitar que se formem.

Os surdos têm o direito de se comunicar em sua própria língua, de compreender e de ser compreendido. Assim como o brasileiro se comunica por meio do português, o americano do inglês, o mexicano do espanhol, o surdo brasileiro se comunica por meio de libras.

É muito comum nas escolas, públicas e privadas, do primário ao ensino superior, ter disciplinas de línguas estrangeiras, mas ainda é incomum encontrar uma instituição que ministre libras, apesar de ser reconhecida como a segunda língua oficial do país.

Mais do que nunca a educação se faz necessária. É um investimento essencial para

a sociedade. De nada serve as leis sem consciência social. É preciso ampliar a visão do homem para enxergar o próximo. É preciso sair do mundo do “dever ser” para que o discurso da aceitação tenha aplicabilidade efetiva.

Como já dito, houve evolução, houve avanço, ainda que não o suficiente. Requer-se que os brasileiros tenham ampla compreensão do que é necessário e que se tenha uma mudança real de pensamento e, principalmente, de atitude, ter empatia, enxergar o próximo como seu semelhante, como ser humano que o é.

A sociedade brasileira ainda precisa caminhar muito quando se trata de inclusão social, sempre em frente e à passos largos para que se possa alcançar, da forma mais plena possível, a igualdade, a dignidade, o respeito e a empatia. Enquanto esse dia não chega, as batalhas são constantes, diárias, mas também o são as vitórias.

REFERÊNCIAS

ABREU, Waldir Ferreira de. **O Trabalho de Socialização de Meninos de Rua em Belém do Pará: Um Estudo sobre a República do Pequeno Vendedor**. 2010. 152 f. Tese de doutorado. PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15941/15941_4.PDF>. Acesso em: 27 maio 2019.

ARAÚJO, Ana Paula de. Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). **Infoescola**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/portugues/lingua-brasileira-de-sinais-libras/>>. Acesso em: 26 jun. 2018

BEZERRA, GIOVANI FERREIRA. A inclusão escolar de alunos com deficiência: uma leitura baseada em Pierre Bourdieu. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 22, n. 69, p. 475-497, jun. 2017 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782017000200475&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782017226924>.

BITTENCOURT, Zélia Zilda Lourenço de Camargo et al . Surdez, redes sociais e proteção social. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 16, supl. 1, p. 769-776, 2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000700007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000700007>

BITTENCOURT, Zélia Zilda Lourenço de Camargo; HOEHNE, Eduardo Luiz. Qualidade de vida de familiares de pessoas surdas atendidas em um centro de reabilitação. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 14, n. 4, p. 1235-1239, ago. 2009 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000400029&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000400029>

BORGAS. João Vitor. A história da Libras, a Língua Brasileira de Sinais. **Hand Talk**. Disponível em: <<http://blog.handtalk.me/historia-lingua-de-sinais/>>. Acesso em: 26 jun. 2018

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26 jun. 2018

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 27 maio 2019.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia; LIMA, Juliana Maria da Silva. As Formas de Comunicação e de Inclusão da Criança Kaiowá Surda na Família e na Escola: um Estudo Etnográfico. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 21, n. 1, p. 127-142, mar. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382015000100127&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382115000100009>.

CARNIEL, FAGNER. A reviravolta discursiva da Libras na educação superior. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, e230027, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100221&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 maio 2019. Epub 03-Maio-2018. <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782018230027>

CASTRO, Taís Teixeira de Oliveira; ZUCKI, Fernanda. Capacitação do Agente Comunitário de Saúde na saúde auditiva infantil: perspectivas atuais. **CoDAS**, São Paulo, v. 27, n. 6, p. 616-622, dez. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-17822015000600616&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/2317-1782/20152014223>.

CELIO SOBRINHO, Reginaldo; ALVES, Edson Pantaleão. A relação família e escola em um contexto de escolarização do aluno com deficiência: reflexões desde uma abordagem sociológica figuracional. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 49, p. 323-338, set. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602013000300018&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602013000300018>.

EIJI, Hugo. Congresso de Milão. **Cultura Surda**. Disponível em: <https://culturasurda.net/congresso-de-milao/>. Acesso em: 27 maio 2019.

FENEIS. 17 set. 2018. Disponível em <<http://www.libras.com.br/feneis>>. Acesso em: 27 maio 2019.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. **Os direitos humanos e a pessoa com deficiência no mercado de trabalho**. Disponível em: <http://calvo.pro.br/media/file/colaboradores/ricardo_tadeu_marques_fonseca/ricardo_tadeu_direitos_humanos.pdf>. acesso em: 26 jun. 2018

LÍNGUA de Sinais: origem e história. **Portal Educação**. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/fonoaudiologia/lingua-de-sinais-origem-e-historia/61951>>. Acesso em: 26 jun. 2018

LOPES, Sonia de Castro; FREITAS, Geise de Moura. A construção do projeto bilíngue para surdos no Instituto Nacional de Educação de Surdos na década de 1990. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília , v. 97, n. 246, p. 372-386, ago. 2016 .Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812016000200372&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-6681/374713703>

MARTINS, José Alves; BARSAGLINI, Reni Aparecida. Aspectos da identidade na experiência da deficiência física: um olhar socioantropológico. **Interface (Botucatu)**, Botucatu , v. 15, n. 36, p. 109-122, mar. 2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832011000100009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 maio 2019. Epub 17-Dez-2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-328320110005000043>.

PEREIRA, Andresa Vaniele Barbosa. Língua Brasileira de Sinais: história da libras, porque estudar, como atender um aluno surdo... **Meu Artigo**. Disponível em: <<https://meuartigo.brasile scola.uol.com.br/educacao/lingua-brasileira-sinais.htm>>. acesso em: 26 jun 2018

PETEAN, Eucia Beatriz Lopes; BORGES, Camila Dellatorre. Deficiência auditiva: escolarização e aprendizagem de língua de sinais na opinião das mães. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto , v. 12, n. 24, p. 195-204, 2002 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2002000300008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2002000300008>.

PICCOLO, Gustavo Martins; MENDES, Enicéia Gonçalves. Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência. **Educ. Soc.**, Campinas , v. 34, n. 123, p. 459-475, jun. 2013 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302013000200008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302013000200008>

PUPO, Altair Cadrobbi et al . Estudo de família brasileira portadora de deficiência auditiva sensorioneural não-sindrômica com herança mitocondrial. **Rev. Bras. Otorrinolaringol.**, São Paulo , v. 74, n. 5, p. 786-789, out. 2008 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-72992008000500023&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 maio 2019.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-72992008000500023>

SCHEMBERG, Simone; GUARINELLO, Ana Cristina; MASSI, Giselle. O ponto de vista de pais e professores a respeito das interações linguísticas de crianças surdas. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 18, n. 1, p. 17-32, mar. 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382012000100003&lng=pt&nrm=iso. acessos em 27 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382012000100003>.

SCHEMBERG, Simone; GUARINELLO, Ana Cristina; SANTANA, Ana Paula de Oliveira. As práticas de letramento na escola e na família no contexto da surdez: reflexões a partir do discurso dos pais e professores. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 15, n. 2, p. 251-268, ago. 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382009000200006&lng=pt&nrm=iso. acessos em 27 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382009000200006>.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**: 40 ed., revista e atualizada (até a Emenda Constitucional n. 95, e 15 jun. 2016). 40 ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

SILVA, Simone Gonçalves de Lima da. Consequências da Aquisição Tardia da Língua Brasileira de Sinais na Compreensão Leitora da Língua Portuguesa, como Segunda Língua, em Sujeitos Surdos. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 21, n. 2, p. 275-288, jun. 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382015000200275&lng=pt&nrm=iso. acessos em 27 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382115000200008>

SOUSA, Danielle Vanessa Costa. Língua Brasileira de Sinais e Língua de Sinais Francesa: uma relação histórica, linguística e cultural. **Brasil Azur**, 30 set. 2012. Disponível em: <http://www.brasilazur.com/2012/09/lingua-brasileira-de-sinais-e-lingua-de-sinais-francesa-uma-relacao-historica-linguistica-e-cultural/>. Acesso em: 26 jun. 2018

STROBEL, Karin. **História da educação de surdos**. 2009. 49 f. Licenciatura em Letras-LIBRAS na modalidade a distância – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf. Acesso em: 26 jun. 2018

YAMASHIRO, Juliana Archiza; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Ser Irmão de

uma Pessoa Surda: Relatos da Infância à Fase Adulta. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília , v. 22, n. 3, p. 367-380, set. 2016 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382016000300367&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382216000300005>.